

**CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR  
CODEFAT**

**56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAP**

**DATA:** 02 de junho de 1997

**LOCAL:** Sala de Reuniões da SPES, 2º andar, Bloco F, Ministério do Trabalho

**PARTICIPANTES:** Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira, Presidente do CODEFAT – Maria Elizabeth Santiago Contreiras, Secretária-Executiva e Coordenadora do GAP – Marco Antonio Reis Guarita, Conselheiro Suplente Representante da CNI no CODEFAT – Rodolfo Peres Torelly, Representante Titular do MTb – Ricardo Dinarte Sandi, Representante Titular do MPAS – José Carlos Ribeiro Castello Branco, Representante Titular do BNDES – Luiz Fernando de Souza Emediato, Representante Titular da Força Sindical – Bernardo Gouthier Macedo, Representante Titular da CUT – Dagmar Maria Sant’Anna Martins, Representante Titular da CNC.

**I – ABERTURA** – O Presidente do CODEFAT, Sr. Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira, saudou os presentes e pediu desculpas pelo atraso, ocasionado em razão de a Secretária-Executiva do CODEFAT e Coordenadora do GAP, Sra. Maria Elizabeth Santiago Contreiras, ter sofrido pequeno acidente de automóvel, explicando que conduziria a reunião até a sua chegada. A seguir, esclareceu o objetivo da reunião: discussão da pré-proposta orçamentária do FAT para 1998. Foi distribuída a Pré-Proposta Orçamentária do FAT, exercício 1998, composta de: Quadro de Detalhamento da Despesa, exercício 1998; Quadro de Detalhamento da Despesa Comparativo com o orçamento de 1997 e de 1998 e Quadro Demonstrativo da Execução da Despesa, exercício 1997. Foi distribuído, ainda, Quadro de Detalhamento da Despesa, exercício 95/96/97/98, e o Quadro de Estimativa da Execução Orçamentária e Financeira, exercício 1998. O Sr. Presidente explicou que a elaboração da proposta orçamentária, no caso específico do FAT, partia-se de uma estimativa de receita para posterior alocação dos fundos. Explicou ser normal, nesse caso, haver uma receita orçamentária maior que a receita a ser gasta, em razão de ser preciso contabilizar os rendimentos financeiros do FAT como receita. Explicou, ainda, que nos rendimentos financeiros existia uma parcela de juros reais e outra de correção monetária. Acrescentou que na administração do Fundo tem-se seguido, como regra, tentar manter as despesas não-financeiras, financiadas com recursos financeiros, abaixo dos juros reais do rendimento, de forma a garantir a prosperidade do Fundo. Informou que sempre que se verificava excesso de recurso, esse excesso era alocado no benefício de seguro-desemprego, sendo, dessa forma, a área do Seguro-Desemprego uma variável de ajuste. Ressaltou ser outro

ponto importante haver o mínimo possível de despesas não-financeiras pagas com recursos financeiros, em razão de que toda vez que se pagava despesa não-financeira com receita financeira impactava-se diretamente o déficit público, em suma, significativa sair do equilíbrio primário, do ponto de vista conceitual. Chamou a atenção para a diferença existente entre os números recém-apresentados e os apresentados anteriormente na última reunião do CODEFAT, explicando que a diferença se devia ao aumento de receita, no tocante à arrecadação do PIS/PASEP, explicando ter sido utilizada na 1ª versão, uma previsão provisória da Receita e na nova versão apresentada já havia sido feito o ajuste com os parâmetros distribuído pela SOF. Informou que havia recebido a instrução de considerar o FEF no orçamento, e, caso ele fosse rejeitado no Congresso, esse recurso viraria receita do FAT e entraria do mesmo jeito no Fundo, tendo-se, no caso, de modificar o orçamento mais à frente. A seguir, apresentou os grandes itens relativos ao orçamento, justificando-os. A matéria foi amplamente discutida pelos representantes presentes. Para explicar o item referente à qualificação profissional, foi concedida a palavra ao Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional, Sr. Nassim Gabriel Mehedff, que esclareceu ser a proposta original baseada nas demandas apuradas pelas Secretarias de Trabalho de todo País, e a partir daí, foram levantadas as necessidades globais. Acrescentou que foram levadas em conta também as possibilidades demonstradas nos anos anteriores pelos próprios executores e estabelecidas as prioridades. Explicou que os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador não eram os únicos para atender esse item do orçamento, havendo também recursos de outras instituições, como os decorrentes das parcerias com a Fundação Banco do Brasil, o SESI, a Fundação Roberto Marinho. Continuando, informou que o trabalho de qualificação profissional, propriamente dito, seria praticamente triplicado ou quadruplicado nos próximos quatro anos, e que pelos indicadores que tinha o recurso era suficiente, podendo atingir os critérios da eficiência e eficácia desejados. O representante da Força Sindical, Sr. Luiz Fernando de Souza Emediato, apesar de manifestar sua admiração pelo trabalho desempenhado nesta área, apresentou sua preocupação com relação ao fato de haver redução de orçamento nessa rubrica e declarou que a Força Sindical, em reunião de sua diretoria, já exprimira sua posição no sentido de considerar insuficientes os recursos dessa rubrica para atender às necessidades do País no que se referia à qualificação e preparação do trabalhador. Continuando, indagou se na próxima reunião do CODEFAT, a ser realizar em 2 de julho, seria novamente discutido o orçamento, ao que lhe foi respondido pela Secretária-Executiva, que a proposta orçamentária deveria ser aprovada na reunião do CODEFAT, acrescentando o Presidente do Conselho que a idéia básica era que os representantes dos diversos órgãos no GAP, presentes à reunião, levassem aos Conselheiros todas as informações que estavam sendo fornecidas para estes decidirem. O representante da CNI no CODEFAT, Sr. Marco Antônio Reis Guarita, sugeriu que para a

reunião extraordinária, a ser realizada em 2 de julho, fossem trazidos dados qualitativos das metas para 98, sobre a qualificação profissional, pois tudo indicava que esse ponto seria mais polêmico a ser tratado. A Secretária-Executiva solicitou, então, que o Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional encaminhasse esses dados para a reunião do Conselho, solicitando, ainda, em nome do Presidente, sua presença na referida reunião. E, para constar, eu, Maria Elizabeth Santiago Contreiras, Coordenadora do GAP, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do Grupo de Apoio Permanente ao CODEFAT.

MARIA ELIZABETH SANTIAGO CONTREIRAS  
Secretária-Executiva e Coordenadora do GAP

---

RODOLFO PERES TORELLY  
Representante Titular do MTb

---

RICARDO DINARTE SANDI  
Representante Titular do MPAS

---

JOSÉ CARLOS RIBEIRO CASTELLO BRANCO  
Representante Titular do BNDES

---

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO  
Representante Titular da Força Sindical

---

BERNARDO GOUTHIER MACEDO  
Representante Titular da CUT

---

DAGMAR MARIA DE SANT'ANNA  
Representante Titular da CNC

---